FERNANDA THOMAZELLA DE SOUZA

**REPRESENTAÇÃO FEMININA NO PODER LEGISLATIVO:
cotas eleitorais de gênero e o papel do partido político**

Dissertação de Mestrado

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Paula Dallari Bucci

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo – SP

2020

FERNANDA THOMAZELLA DE SOUZA

**REPRESENTAÇÃO FEMININA NO PODER LEGISLATIVO:
cotas eleitorais de gênero e o papel do partido político**

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, na área de concentração Direito do Estado, sob orientação da **Professora Associada Dra. Maria Paula Dallari Bucci.**

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo – SP

2020

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

de Souza, Fernanda Thomazella

REPRESENTAÇÃO FEMININA NO PODER LEGISLATIVO:
cotas eleitorais de gênero e o papel do partido
político ; Fernanda Thomazella de Souza ; orientadora
Maria Paula Dallari Bucci -- São Paulo, 2020.

152

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em
Direito do Estado) - Faculdade de Direito,
Universidade de São Paulo, 2020.

1. Mulheres na política. 2. Cotas eleitorais de
gênero. 3. Partidos políticos e fraudes eleitorais.
4. Representação feminina na política. 5. Gênero e
partidos políticos. I. Bucci, Maria Paula Dallari,
orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Eu sempre tive um carinho especial por agradecimentos e dedicatórias dos trabalhos acadêmicos - acho que eles nos mostram um pouco mais da individualidade de cada autor, e é motivador ver outros acadêmicos que passaram por desafios semelhantes e ver as referências importantes para o trabalho de cada um. Vou além: é reconfortante ver a quantidade deles que também agradece aos seus familiares e amigos “pelos cafês”. Porque, embora o trabalho acadêmico pareça um trabalho solitário, ele só foi possível porque tive apoio de muitas pessoas durante todo o trajeto – seja apoio diretamente relacionado ao trabalho ou apoio nos momentos em que nada parecia fluir –, as quais merecem um grande agradecimento.

Quando ingressei no mestrado, a professora Maria Paula me disse “Fernanda, aproveite esse tempo porque o mestrado é um só”. Então, professora, obrigada por ter tornado essa experiência única em uma experiência tão proveitosa. Ter lhe acompanhado exercendo a docência nas matérias e TGE e TEB - especialmente em um período tão conturbado da política brasileira - fomentou em mim ainda mais o desejo da docência. Obrigada pela orientação atenta ao meu trabalho, mas, acima de tudo, obrigada por ter acreditado no meu projeto e depositado sua confiança em mim desde o começo. Foi uma honra ter sido sua aluna.

Aos professores Luciana de Oliveira Ramos e Luis Virgílio Afonso da Silva, membros do exame de qualificação que, com seus comentários, muito me ajudaram a aprimorar a pesquisa.

Ao professor Roberto Dias, por ter plantado em mim a sementinha da pesquisa desde a época da graduação.

E ao professor Fernando Limongi, que me deu simples mas valiosas orientações em uma reunião antes de uma aula na sua sala na FFLCH. Acredito que nem ele saiba a dimensão da ajuda que deu.

Aos amigos da pós-graduação, em especial Matheus, Márcia e Rodrigo, por todas as monitorias e por termos dividido juntos tantos anseios.

Ao meu grupinho do MAS, por terem me ajudado tantas vezes a segurar a barra no dia-a-dia.

Aos meus amigos da PUC, Ivan, Marina e Nina, por estarem comigo desde o começo da nossa trajetória acadêmica (lá nas aulas do Sady) e em todos os seminários, mas, mais ainda, por todo o companheirismo que ultrapassou a sala de aula.

Às minhas amigas de longa data - Vic, Gabs, Má, Bia e Ci - por terem entendido minhas (tantas) ausências nesse período e pelos nossos encontros que sempre me renovavam as energias. Acima de tudo, agradeço pelas sempre palavras de incentivo!

À Cristina e ao Heraldo que, além de me darem suporte para que eu pudesse trilhar esse caminho, são minha inspiração acadêmica desde que eu me dou por gente. Ao meu pai, professor não só pelas titulações mas por verdadeira vocação, agradeço por ter estudado e se envolvido em uma área tão distante da sua só para poder me ajudar. Por ter sentado comigo tantas vezes para “botar no papel” e por todas as (muitas) revisões. À minha mãe: se hoje eu estudo gênero e política é porque tive um exemplo em casa de uma mulher que me ensinou a lutar pelos meus direitos e, em especial, me ensinou a questionar e a não aceitar a desigualdade de gênero (antes mesmo que qualquer uma de nós soubesse da palavra feminismo). Obrigada por ter feito o possível e o impossível para que eu não tivesse nenhuma outra preocupação no mundo a não ser focar na dissertação. Mas, sobretudo, agradeço por todos os abraços e pelos incontáveis cafés. Nada disso seria possível sem vocês!

Ao Fábio Jorge, pelas infindáveis discussões sobre democracia, sobre Direito e, claro, sobre representação da mulher na política. No entanto, agradeço ainda mais pelas conversas sem rumo – foram essas as que me trouxeram inspiração. Obrigada por todos os cafés, pelas revisões e por ter sempre acreditado em mim desde o início dessa jornada, até quando eu mesma não acreditei. Por fim, agradeço por ser meu companheiro de vida, tornando-a mais leve, e por fazer da nossa casa o meu porto seguro.

“Si una mujer entra a la política, cambia la mujer, si muchas mujeres entran a la política, cambia la política”.

Michelle Bachelet

RESUMO

Fernanda Thomazella de Souza. **Representação feminina no Poder Legislativo: cotas eleitorais de gênero e o papel do partido político.** 2019. 167 p. Mestrado. Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

As mulheres são atualmente sub-representadas no Parlamento brasileiro, com somente 15% de mulheres eleitas para a Câmara dos Deputados, em contraste aos 52% de eleitoras. Embora essa sub-representação feminina no Legislativo seja um fenômeno global, a situação do Brasil é bastante crítica e quando comparado a outros países, especialmente os da América Latina, ocupamos as últimas colocações neste quesito. Visando a reparação desse cenário, o Brasil estabeleceu cotas eleitorais de gênero em 1995, as quais passaram por diversas alterações até o formato em que se encontram hoje. Apesar dessas modificações, o resultado ainda está longe de ser satisfatório. Após analisar os tipos de cotas eleitorais existentes e os fatores que interferem no seu sucesso, entende-se que, apesar de não ter tido resultados positivos, a construção da cota em si e o seu modelo não são as principais razões para esse fracasso. Buscou-se, portanto, compreender onde está o principal gargalo para que se atinja o sucesso com as cotas. Considerando-se que os partidos políticos são um dos principais agentes da política brasileira, o presente trabalho visa entender sua função na efetivação das cotas de gênero em nosso país. O trabalho está dividido em cinco partes. Inicialmente, no Capítulo 1, procuramos embasar teoricamente uma premissa utilizada no restante do trabalho: representatividade de mulheres no Legislativo é fundamental para a democracia. No Capítulo 2, exploramos a eficácia da política de cotas eleitorais de gênero. Para uma melhor compreensão do assunto, partimos de uma abordagem teórica da tipologia das cotas, com base nas teorias de Pippa Norris e Mona Lena Krook. São descritos os modelos de cota utilizados no mundo, as possibilidades e resultados de cada tipo. Em seguida, examinamos a elaboração do instituto das cotas eleitorais no Brasil, seu histórico, suas avaliações e, por fim, suas mudanças até o presente momento. Verificar-se-á, entretanto, que as cotas não podem ser analisadas de maneira isolada, sendo necessário compreender os demais fatores e variáveis, relacionados à legislação eleitoral, que afetam direta e indiretamente o sucesso das cotas, os quais são apresentados no Capítulo 3. Em posse das informações acima, o Capítulo 4 faz uma abordagem sobre a atuação do partido político na participação de mulheres na política, desde o recrutamento de candidatas até o apoio financeiro às campanhas. Por fim, no Capítulo 5, analisamos a responsabilidade dos partidos na equidade de gêneros na política

brasileira, abrangendo a importância de mulheres nos Diretórios Nacionais, o uso de financiamento público para candidaturas proporcionais e majoritárias e as fraudes eleitorais cometidas para se burlar uma política de igualdade (as chamadas “candidatas laranja”). Concluimos que os partidos não executam apropriadamente seu papel de incentivar as candidaturas de mulheres e nem cumprem adequadamente a legislação destinada a aumentar o número de mulheres no Parlamento.

Palavras chave: Cotas eleitorais; Gênero e Política; Mulheres no Legislativo; Fraudes eleitorais; Partidos políticos.

ABSTRACT

Fernanda Thomazella de Souza. **Women's representation in Parliament: electoral gender quotas and the political party's role.** 2019. 167 p. Mestrado. Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

Women are currently underrepresented in Brazilian Parliament, with only 15% of women elected for Federal Congress, despite them being 52% of the electorate. Although this underrepresentation is a global phenomenon, the situation in Brazil is critical when compared to other countries, specially in Latin America, where Brazil occupies one of the last positions in the world ranking of women's participation in Parliament. Aiming to repair this issue, gender electoral quotas were implemented in 1995 in the country and underwent several modifications since then. Despite these legislative modifications, the results are far from being satisfactory. While realizing that the failure of gender quotas derives not from the quotas themselves and analyzing the different factors that influence the success of the quotas, the present study aims to analyze the role that the political party has in the effectiveness of the quotas, which will comprehend an analysis of the quota implementation in Brazil and the role political parties have in this implementation. The study will be divided in five parts. Initially, in Chapter 1, we create a theoretical framework for a basic assumption of the study, which is that women's representation is necessary in the Parliament. In Chapter 2, we explore the effectiveness of gender quotas and the practical implementation in Brazil. For this, we use a theoretical classification system based on Pippa Norris and Mona Lena Krook and describe each type of quota, as well as the possibilities and results for each type. Afterwards, in understanding that gender quotas cannot be analyzed in an isolated manner, in Chapter 3 we examine the different factors that may affect the success of the gender quotas, such as the electoral system. In view of this information, Chapter 4 will study the influence of the political party on women's participation in the electoral process, which goes from the recruitment of candidates to the financial support to women's campaigns. Finally, in Chapter 5, after understanding the party's responsibility towards supporting gender quotas, we analyze what has been done in Brazil, which includes the importance of women in the parties' National Directories, use of public funds for majority and proportional candidates as well as electoral frauds. We conclude that the parties do not properly encourage women candidates

nor do they adequately comply with the legislation that aims to increase the number of women in Parliament.

Keywords: Gender quotas; Gender and politics; Political parties; Electoral frauds; Women in politics.

LISTA DE ABREVIATURAS

ADI	Ação Direta de Inconstitucionalidade
AIJE	Ação de Investigação Judicial Eleitoral
AVANTE	Avante (Partido)
DC	Democracia Cristã
DEM	Democratas - Partido Político
FEFC	Fundo Especial de Financiamento Eleitoral
FP	Fundo Partidário
IPU	Inter Parliamentary Union
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
NOVO	Partido Novo
PATRI	Patriota (Partido)
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PCO	Partido da Causa Operária
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PHS	Partido Humanista da Solidariedade
PL	Projeto de Lei
PMB	Partido da Mulher Brasileira
PMN	Partido da Mobilização Nacional
PODE	Podemos - Partido Político
PP	Partido Progressista
PPL	Partido Pátria Livre
PPS	Partido Popular Socialista
PR	Partido da República
PRB	Partido Republicano Brasileiro - Atual Republicanos
PROS	Partido Republicano da Ordem Social
PRP	Partido Republicano Progressista
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão

PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSL	Partido Social Liberal
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
REDE	Rede Sustentabilidade
Respe	Recurso Especial Eleitoral
SDD	Partido Solidariedade
STF	Supremo Tribunal Federal
STJ	Superior Tribunal de Justiça
TRE	Tribunal Regional Eleitoral
TSE	Tribunal Superior Eleitoral

LISTA DE GRÁFICOS E FIGURAS

Figura 1: Modelo em funil do processo de seleção de candidatos

Gráfico 1: Média da porcentagem de mulheres eleitas no Parlamento por região mundial e no Brasil

Gráfico 2: Número de candidatas, de eleitas e da quantidade de mulheres requeridas pelas cotas para a Câmara dos Deputados (1994 a 2018)

Gráfico 3: Motivos que levam uma mulher a não se candidatar para um cargo político

Gráfico 4: Cumprimento do mínimo de 30% do FEFC para candidaturas femininas

Gráfico 5: Cumprimento do mínimo de 30% do Fundo Partidário para candidaturas femininas

Gráfico 6: Candidatos sem votos concorrendo a cargos de deputado federal ou estadual.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Porcentagem de mulheres em Câmaras Baixas em relação ao tipo de sistema eleitoral

Tabela 2: Porcentagem de mulheres eleitas para o cargo de Deputada Federal por Estado (2010-2018)

Tabela 3: Distribuição de FEFC nas eleições de 2018

Tabela 4: Candidatas laranjas por partido político, na eleição de 2018 para a Câmara dos Deputados

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	19
1 REPRESENTAÇÃO FEMININA NO LEGISLATIVO: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	25
1.1 Representação política	25
1.2 Representação política feminina.....	27
2 REPRESENTAÇÃO FEMININA NO LEGISLATIVO: PANORAMA JURÍDICO.....	33
2.1 Delimitação temporal do trabalho.....	33
2.1.1. Contexto da evolução histórica sobre a participação eleitoral das mulheres no Brasil	33
2.1.2. Histórico - Conferência de Beijing	35
2.2 Tipologia das Cotas	38
2.2.1 Reserva de assento	40
2.2.2 Cota partidária.....	48
2.2.3 Cotas legislativas	49
2.3 Lei de cotas no Brasil.....	50
2.3.1 Avaliações e alterações das cotas eleitorais de gênero	52
2.3.2 Fragilidade das cotas eleitorais de gênero no Brasil.....	62
2.3.3 Cotas eleitorais como política pública	64
3 REPRESENTAÇÃO FEMININA NO LEGISLATIVO: RELAÇÕES COM A LEGISLAÇÃO ELEITORAL	67
3.1 Sistema proporcional	67
3.1.1 Como o sistema proporcional de lista afeta a participação feminina na política, de acordo com a literatura – lista aberta ou fechada?	71
3.1.2 Aspectos críticos das listas aberta e fechada	72
3.2 Taxa de rotatividade.....	74
3.3 Magnitude das circunscrições	75

3.1.1	A magnitude do distrito no caso brasileiro	75
3.1.2	Maximização de votos e magnitude do distrito	78
4	REPRESENTAÇÃO FEMININA NO LEGISLATIVO: A FUNÇÃO DO PARTIDO POLÍTICO	80
4.1	Partido político: definições e funções	80
4.1.1	Governança eleitoral	84
4.1.2	Organismo eleitoral no Brasil	85
4.2	Sistema partidário	88
4.3	Desigualdade de gênero na política	89
4.4	Atuação do partido na eleição de mulheres	93
4.4.1	Recrutamento de candidatas.....	95
4.4.2	Financiamento eleitoral.....	100
5	REPRESENTAÇÃO FEMININA NO LEGISLATIVO: COMO OS PARTIDOS TEM ATUADO NA EFETIVAÇÃO DAS COTAS ELEITORAIS DE GÊNERO ...	103
5.1	Recrutamento de candidatas e a importância dos diretórios dos partidos.....	103
5.2	Financiamento eleitoral nas eleições de 2018.....	105
5.2.1	A importância do partido político na efetivação das cotas a partir do financiamento eleitoral.....	108
5.3	Fraudes eleitorais nas cotas eleitorais de gênero	112
5.3.1	Fraudes eleitorais: definição e jurisprudência.....	112
5.3.2	Candidatas “laranja”	114
5.4	Lei nº 13.831, de 17 de maio de 2019.....	124
5.5	Decisões do TSE de 2019	128
	CONCLUSÕES	131
	BIBLIOGRAFIA.....	135
	ANEXO 1 – Ranking mundial sobre a participação de mulheres no Parlamento.....	145

INTRODUÇÃO

Em janeiro de 2016, após mais de 55 anos da conquista do sufrágio feminino, o Senado Federal brasileiro passou a ter um banheiro feminino¹. Esse fato carrega uma simbologia clara: a Casa não estava nem preparada para e nem acostumada à presença de mulheres.

Não se trata de uma situação isolada do Brasil: a despeito das mulheres representarem cerca de metade da população mundial, de acordo com dados da Inter Parliamentary Union (União Internacional de Parlamentos ou IPU, na sigla em inglês), até 1º de outubro de 2019, apenas 24,5%² das vagas nos Parlamentos (média mundial) era ocupada por mulheres.

Sob essa perspectiva, o Gráfico 1 traduz bem a questão da sub-representação das mulheres nos Parlamentos, mostrando os dados e a média mundial da porcentagem de mulheres no Parlamento em comparação com a média da porcentagem das regiões (em ordem decrescente), incluindo Câmara Baixa e Alta, bem como a porcentagem brasileira. Vale mencionar que o Brasil está localizado ao final, com uma porcentagem menor do que todas as outras médias de região do mundo.

A situação no Brasil mostra-se bastante preocupante: embora as mulheres sejam 51,03% da população brasileira e representem 52,5% do eleitorado, há apenas 15% de mulheres na Câmara dos Deputados.

A União Internacional de Parlamentos elabora também uma classificação dos países de acordo com as porcentagens de mulheres eleitas para os Parlamentos nacionais, no qual o Brasil figura em 134º lugar, dentre 190 posições. O país figura atrás até de outras nações com tradição histórica de restrições de direitos das mulheres, como, por exemplo, a Arábia Saudita, que só permitiu que mulheres dirigissem veículos automotivos a partir de junho de 2018³. Ainda assim, a Arábia Saudita encontra-se muito à frente do Brasil, com 19,9% de mulheres ocupando o Parlamento e no 105º lugar do ranking supramencionado, segundo dados de setembro de 2019.

¹ Fonte: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/01/plenario-do-senado-tera-banheiro-feminino-55-anos-apos-inauguracao.html> Acesso em 25 de maio de 2019.

² Fonte: Inter- Parliamentary Union, 2019, Women in National Parliaments. Disponível em: <http://archive.ipu.org/wmn-e/classif.htm> Acesso em 12 de outubro de 2019.

³ <https://g1.globo.com/mundo/noticia/ultimo-pais-a-proibir-mulheres-de-dirigir-arabia-saudita-comeca-a-expedir-carteira-de-motorista-para-elas.ghtml>

Gráfico 1: Média da porcentagem de mulheres eleitas no Parlamento por região mundial e no Brasil

Fonte: Inter-Parliamentary Union, 2019, Women in Politics – “Situation as of 1st October 2019” e TSE

Mas afinal, essa exígua representação feminina no nosso Parlamento deve ser considerada um problema para o Estado Democrático de Direito? No presente caso, existe o consenso de que a representatividade é uma característica fundamental da democracia e é determinada pela inclusão de grupos sociais diversos no Legislativo (esse assunto será tratado com mais detalhes no Capítulo 1) e a falta de participação de mulheres no Parlamento significa que há uma enorme parcela da população que não está representada no Legislativo. Além disso, Lipjhart (2019: 319), por exemplo, afirma que a qualidade de uma democracia pode ser mensurada pela presença de uma parcela significativa de mulheres nos Parlamentos e nos gabinetes. Dessa maneira, nos parece que a baixa representatividade de mulheres no Legislativo brasileiro representa um problema.

Abordaremos o assunto desde o seu princípio. No Capítulo 1 serão discutidas as bases teóricas da tese da pouca representatividade feminina como sinal de mau funcionamento da democracia, bem como algumas razões históricas e sociais que levam a esse problema.

No Capítulo 2, abordaremos de maneira mais detalhada as cotas eleitorais de gênero, que foram elaboradas no Brasil como uma tentativa de solução para a questão. As cotas legislativas preveem que 30% das candidaturas devem ser ocupadas por mulheres (artigo 10, parágrafo 3º, Lei 9.504/97). No entanto, as cotas não têm surtido o efeito desejado, uma vez que seis eleições já ocorreram desde sua implementação e a quantidade de mulheres eleitas segue baixa. Nas eleições de 2018, embora tenha havido um aumento de 50% no número de mulheres eleitas (de 51 para 77) na Câmara de Deputados, o número total ainda é baixo: apenas 15%. Essa falta de crescimento do número de mulheres eleitas demonstra uma clara ineficiência das cotas, a qual tem gerado estudos e questionamentos a respeito de seu funcionamento e eficácia.

Fatores externos às cotas interferem na sua eficácia, portanto, a ineficiência anteriormente observada não deve ser analisada isoladamente, conforme abordado no Capítulo 3.

Um dos principais fatores a ser analisado é o papel dos partidos políticos. Ora, os partidos têm funções importantes, sem as quais a democracia não seria possível, conforme discutimos no Capítulo 4.

Por fim, o Capítulo 5 traz uma análise da aplicação dessas funções no cenário brasileiro, mais especificamente, como os partidos políticos interferem na efetivação das cotas eleitorais de gênero.

Um fato trazido nessa análise é a situação de fraude das cotas. Após as eleições de 2018, vieram à tona inúmeras notícias expondo casos de “candidatas laranja”, ou seja, partidos incluíram candidatas em sua lista sem que estas tivessem intenção de concorrer, como forma de burlar a legislação eleitoral e também de desviar dinheiro do fundo eleitoral.

Uma hipótese trazida, por exemplo, é de que as mulheres não recebem apoio suficiente dos partidos, de tal sorte terem mais dificuldades para se elegerem. Em abril de 2019, o Tribunal Superior Eleitoral verificou que 25 dos 32 partidos políticos não cumpriram com a cota mínima de 5% do fundo partidário para candidaturas femininas.

Ademais, de acordo com pesquisa da FGV, organizada por Luciana Ramos e Catarina Barbieri, a qual analisou as candidaturas de 2018 com *status* de “Deferida”, “Deferida com recurso”, “Indeferida com recurso” ou “Aguardando julgamento” na base de dados do TSE atualizada em 31 de janeiro de 2019, “44 das 316 coligações/listas não cumpriram com

a cota de 30% de candidaturas femininas ao cargo de deputado federal” (BARBIERI, RAMOS, 2019). Isso comprova que, mesmo depois de 24 anos da implementação das cotas eleitorais de gênero, os partidos ainda não estão investidos nas candidaturas femininas.

O presente projeto se propõe a analisar a representação feminina no Legislativo brasileiro e a implementação das cotas eleitorais de gênero, focando na atuação dos partidos no cumprimento das cotas. Ou seja, busca-se responder ao seguinte questionamento: qual a função dos partidos políticos para a efetivação das cotas eleitorais de gênero no Legislativo? Em outras palavras, pretende-se compreender como os partidos políticos, dentro das suas funções essenciais para a democracia, influenciam o cumprimento das cotas eleitorais de gênero.

Método

Para cumprir o objetivo proposto, o estudo trabalha com a sistematização da questão jurídica e política por meio de revisão bibliográfica. Além de revisão bibliográfica, o trabalho se vale de dados constantes tanto de bases oficiais, como de organizações que acompanham a evolução do assunto (como Inter Parliamentary Union e IDEA).

A bibliografia foi elaborada com base em pesquisas feitas buscando termos (e seus equivalentes em inglês) como “mulheres e política”, “cotas eleitorais”, “partidos políticos”, “cotas e mulheres”, entre outros. A pesquisa foi feita usando a base de busca da Universidade de São Paulo (Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade de São Paulo), bem como pesquisa em todas as edições desde 2012 da Revista *Pagu* (Unicamp) e *Politics and Gender* (Cambridge). A bibliografia foi ampliada com base em artigos e livros citados na literatura inicial.

Premissas metodológicas

Inicialmente cabe explicar que o presente trabalho não pretende fazer uma análise da qualidade de atuação das mulheres no Legislativo, embora o tema seja de extrema importância. Parte-se do pressuposto de que mulheres são sub-representadas e o presente trabalho analisa o aumento meramente numérico da quantidade de mulheres. Ou seja, não será abordada a atuação das mulheres eleitas e nem se essa atuação favorece as mulheres na sociedade, mas focará apenas na questão numérica, ou seja, da eleição de um número maior de deputadas mulheres.

Importante frisar também que a literatura (DAHLERUP, 2006), bem como a Conferência de Beijing, tem tratado o assunto como uma questão de “participação igualitária” e “distribuição equitativa de poder e de tomada de decisões em todos os níveis” ao invés de falar apenas de “mais mulheres na política”⁴, razão pela qual daremos preferência a essa terminologia.

Outra importante ressalva a ser feita refere-se ao uso do termo “mulher” ao longo do trabalho, o qual se volta às pessoas com identidade de gênero de mulher, sem distinção de raça ou cor.

Essa ressalva é fundamental, pois, especialmente no Brasil, embora tenha crescido substancialmente o estudo e preocupação com os “direitos da mulher”, não se pode ignorar o fato de que a principal beneficiária desses direitos é hoje a mulher branca. Vejamos – das 77 deputadas federais mulheres eleitas em 2018, 63 são mulheres brancas, 13 são mulheres negras e 1 é indígena⁵. No entanto, o “gênero” segue como uma das principais características geradoras de tratamentos desiguais (RAMOS, 2015), razão pela qual esta dissertação segue fazendo um recorte exclusivo de gênero.

Além disso, é importante ressaltar que gênero e sexo são tratados atualmente com distinção, sendo o conceito de sexo ligado às características biológicas, enquanto gênero é uma definição sociológica. O assunto é bastante complexo e rende diversos estudos e discussões. Por exemplo, Judith Butler desconstrói o conceito de sexo e a ideia de gênero como socialmente construído⁶. Apesar dessas discussões, a lei brasileira (Lei 9.504/97) estabelece, em seu artigo 10, § 3º, que cada “sexo” deveria ter o mínimo de 30% e máximo de 70% das vagas de cada partido. Ou seja, levando-se isso em consideração e o fato de que esse assunto rende discussões bastante extensas para serem tratadas neste momento, para fins exclusivos deste trabalho, os termos sexo e gênero serão tratados como equivalentes.

Por fim, será abordada a eleição de mulheres para a Câmara de Deputados, não entrando em detalhes com relação à eleição de vereadoras, deputadas estaduais ou senadoras. Essa restrição no escopo do estudo se deve a questões metodológicas. A análise das eleições para o Senado foi excluída já que, por ser efetuada por meio do sistema majoritário e não o

⁴ Tradução livre de “Thus, the goal is no longer described as ‘more women in politics’ but as ‘equal participation’ and ‘equitable distribution of power and decision-making at all levels’.” (DAHLERUP, 2006)

⁵ <http://www.generonumero.media/camara-dos-deputados-tera-mais-mulheres-brancas-negras-e-indigena-e-menos-homens-brancos-em-2019/>

⁶ Butler afirma que “se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado sexo seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero se revela absolutamente nenhuma. Se o sexo é, ele próprio, uma categoria tomada em seu gênero, não faz sentido definir o gênero como a interpretação cultural do sexo” (BUTLER, 2010 *apud* FIGUEIREDO, 2018).

sistema proporcional (como é a eleição para deputados), essa análise de outro sistema exigiria uma metodologia distinta e que não poderia ser contemplada no presente trabalho. Quanto à vereança, o número extenso de municípios no Brasil, e por conseguinte, do número de vereadores e vereadoras eleitos, exigiria a manipulação de uma grande quantidade de dados, saindo fora do objetivo inicial do trabalho. Além disso, a eleição de vereadores e deputados estaduais envolve fatores históricos e culturais locais, não sendo possível no presente trabalho abordar todas essas questões. Dessa maneira, restringimos nossa análise somente à eleição de mulheres para a Câmara de Deputados.

CONCLUSÕES

As mulheres estão hoje sub-representadas no Legislativo Federal. Ainda que nas eleições de 2018 o número de candidatas eleitas na Câmara de Deputados tenha aumentado em torno de 50% (passando de 51 para 77), este número representa apenas 15% do total de deputados eleitos ou seja, ainda é ínfimo quando comparado aos mais de 50% de votos femininos que compõem o eleitorado. Mesmo em uma abordagem comparativa internacional, esses valores de representatividade feminina são modestos, colocando o Brasil nos últimos lugares entre as demais democracias latino-americanas, segundo a lista elaborado pela Inter Parliamentary Union.

A distribuição equitativa de poder e de tomada de decisões entre os gêneros no Legislativo é fundamental para a democracia de um país por inúmeros motivos, tais como: (i) levar ao debate público a perspectiva das mulheres, ou seja, levar os interesses das mulheres para serem pautados e dar a elas oportunidades iguais de reivindicá-los; (ii) a criação de maior número de políticas públicas voltadas para os interesses das mulheres; e (iii) aumentar a legitimidade de mulheres nesse espaço e, conseqüentemente, o interesse de outras mulheres no assunto, já que elas se sentiriam representadas e pertencentes a esse espaço. Além disso, a presença de mulheres nas unidades decisórias é um indicativo da qualidade democrática desenvolvida (LIPJHART, 2019).

Com o objetivo de alterar esse cenário de sub-representação e aumentar a representação igualitária no Legislativo, o Brasil instituiu cotas eleitorais de gênero desde 1995, inicialmente por meio da Lei nº 9.100/1995 que determinava que 20% das vagas de cada partido deveriam ser preenchidas por candidaturas de mulheres. Já em 1997, foi criada a Lei das Eleições (Lei nº 9.504/97) que determinava que cada sexo deveria ter o mínimo de 30% e máximo de 70% das vagas de cada partido. Após algumas alterações (em 2009, 2013 e 2015), as cotas continuam em vigor até hoje. Considerando-se que, somente em 2018 (24 anos após da implementação das cotas) tivemos o maior número de deputadas eleitas e que esse número não ultrapassa 15%, conclui-se que as cotas têm apresentado resultados pouco efetivos no Brasil.

A responsabilidade pelo insucesso das cotas não pode, no entanto, recair sobre o desenho da cota em si, tendo em vista que o modelo de cota legislativa foi bem-sucedido em outros países, especialmente em países da América Latina e as cotas no Brasil, por si só, são

bem construídas, tendo havido uma alteração legislativa em 2009 que eliminou as brechas existentes e garantiu ainda mais força ao dispositivo legal.

Entretanto, é sabido que há outros fatores que interferem no sucesso das cotas: sistema eleitoral, magnitude das circunscrições e rotatividade dos parlamentares. O sistema eleitoral consolidado na literatura como o mais favorável às mulheres é o sistema proporcional e, dentro deste, o sistema eleitoral de representação proporcional com listas fechadas e que haja regra referente à posição de mulheres nas listas é onde há maior possibilidade de sucesso eleitoral das mulheres (SACCHET; SPECK, 2012). Outro fator que interfere no sucesso da cota é a magnitude da circunscrição e entende-se que há mais mulheres eleitas de sistemas de distritos plurinominais do que em sistemas de distrito uninominal (voto distrital).

Um outro fator crucial na análise do sucesso das cotas, é o papel que o partido político exerce não apenas no cumprimento da cota em si, mas na busca para que se atinja o objetivo da cota. Os partidos políticos possuem um papel fundamental no cumprimento das cotas eleitorais de gênero. É papel do partido arregimentar mulheres entre as cidadãs, para que se tornem candidatas (recrutamento) e, em seguida, fornecer a elas o apoio e estrutura necessárias para que realizem uma campanha com chance de sucesso, provendo exposição à mídia, tempo de propaganda e, especialmente, financiamento.

Na primeira fase (recrutamento), a postulante a candidata enfrenta o escrutínio de lideranças partidárias, que, em última análise, são as responsáveis pelas indicações dos partidos às vagas de candidatos. De acordo com pesquisa conduzida por Ramos (2015), na qual conduziu entrevistas¹³³ com mulheres que integram comitês de mulheres dentro dos partidos, concluiu-se que os partidos não fornecem condição de igualdade entre homens e mulheres para concorrer às eleições e que partidos políticos não dão o apoio necessário para que mulheres possam se candidatas, salvo quando a candidata for identificada com grande chance de vencer o pleito (RAMOS, 2015). Lovenduski (1993) afirma que a falta de mulheres nas chapas se dá por preconceito e discriminação das agremiações partidárias em relação às mulheres e que haveria uma “resistência partidária” à inclusão de mulheres na competição eleitoral, devido a uma dinâmica interna dos partidos que não favorece a escolha de candidatas, devido ao baixo investimento dos partidos nas candidaturas femininas.

¹³³ As entrevistadas fazem parte de 3 categorias: (i) aqueles que representam os participantes da competição eleitoral (candidatas e candidatos, partidos políticos e parlamentares eleitas e eleitos); (ii) os grupos e instituições envolvidos com o estímulo à representação política de mulheres (Secretaria de Política para Mulheres da Presidência da República e sociedade civil); e (iii) órgãos fiscalizados do cumprimento das quotas eleitorais de gênero (Ministério Público Eleitoral e TSE).

Já com relação ao segundo estágio, depois que a mulher se torna candidata, entende-se que o partido atua de forma determinante na distribuição dos recursos financeiros, os quais são fundamentais para o sucesso de uma eleição. Ou seja, recursos financeiros “viabilizam candidaturas e aumentam a chance de sucesso nas urnas” e há uma forte correlação entre financiamento eleitoral e desempenho eleitoral dos candidatos (SACCHET e SPECK, 2012). Logo, se um partido estiver verdadeiramente engajado no cumprimento das cotas, ou seja, verdadeiramente interessado na eleição de um número maior de mulheres, cabe a ele incrementar o financiamento eleitoral de campanhas de suas candidatas.

O que se observa, na realidade, é que o uso das verbas de FEFC e FP para candidaturas femininas não demonstra esse engajamento, tendo em vista que os partidos têm utilizado os fundos para eleições majoritárias e não proporcionais - portanto, não atingem a meta de aumentar mulheres no Legislativo. Agravando este quadro, a Lei nº 13.381, de 2019, anistia os partidos que não utilizaram o mínimo de 5% do Fundo Partidário para programas de incentivo à participação de mulheres.

Outro ponto que demonstra a falha dos partidos no cumprimento das cotas são os crescentes casos de candidatas laranjas – que surgem tanto para desvio de fundos públicos quanto para preenchimento das cotas (conforme visto em recentes investigações).

Apesar disso, é interessante pontuar que em setembro de 2019 houve uma decisão do TSE que determinou a cassação da chapa inteira de partidos que utilizaram candidatas-laranja (Respe 19392). Entendeu-se, no caso em questão, que a coligação teria incluído candidatas sem a intenção de concorrer na disputa eleitoral, apenas para cumprir as cotas (portanto, candidatas laranja) e que, sem elas, os partidos não teriam conseguido cumprir as exigências necessárias para participar do pleito. Por isso, decidiu-se pela cassação de todos os candidatos eleitos nessa coligação, ainda que eles não tivessem participado da fraude. Essa decisão é um marco importante para as cotas eleitorais pois, inevitavelmente, forçará os partidos a darem mais importância à questão, a não utilizarem candidatas laranja e a, consequentemente, se esforçarem mais para obter candidatas mulheres e a investirem nelas.

Como já pontuado, a primeira ideia que surge quando se pensa na ineficácia das cotas é que o problema residiria na cota em si (na legislação ou no seu desenho). O que se pretendeu mostrar no presente trabalho é que isso não é verdade, tendo em vista que são inúmeros fatores que interferem no seu sucesso. E, um fator que tem um protagonismo na efetivação das cotas eleitorais de gênero é a atuação do partido político.

Por fim, tendo em vista o exposto no presente trabalho, é possível concordar com a afirmação de Teresa Sacchet de que “As candidaturas laranja não são um problema das mulheres ou da política de cotas, mas dos partidos”¹³⁴. E, ainda, expande-se essa ideia: não só as candidaturas laranja são um problema dos partidos, mas é possível afirmar que a eleição de mulheres para o Legislativo, e o efetivo cumprimento das cotas eleitorais de gênero, são uma responsabilidade dos partidos. O partido político pode até conseguir cumprir a cota e ter 30% de candidatas mulheres, mas enquanto ele não se esforçar para que ele tenha, de fato, mais mulheres eleitas, ele não está cumprindo com o objetivo primordial da cota que é aumentar a representatividade de mulheres no Legislativo.

¹³⁴ Entrevista dada à UOL. Disponível em <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2019/10/10/laranja-e-culpa-dos-partidos-nao-das-mulheres-diz-cientista-politica.htm?cmpid=copiaecola> Acesso em 12 de out. de 2019

BIBLIOGRAFIA

AFLALO, Hannah Maruci. **Voto, verdade e representação: reconstruindo os debates do Código Eleitoral de 1932**. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

_____. **Aos partidos anistia, às mulheres incerteza**. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 6 de junho de 2019. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/legislativo/aos-partidos-anistia-as-mulheres-incerteza/> Acesso em 11 de dez. de 2019

AGESTA, Luis Sanches. **Princípios de Teoría Política**, Madrid: Ed. Nacional, 1983,

ALDRICH, J. H. **Why parties? The origin and transformation of political parties in America**. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.

ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. **Mulheres brasileiras em tempo de competição eleitoral: seleção de candidaturas e degraus de acesso aos cargos parlamentares**. Dados [online]. 2008, v. 51, n.4.

ANDRADE NETO, João; GRETA, Roberta Maia; SANTOS, Polianna Pereira. Fraude à cota de gênero como fraude à lei: os problemas conceituais e procedimentais decorrentes do combate às candidaturas femininas fictícias. In: **FUX, Luiz; PEREIRA, Luiz Fernando Casagrande; AGRA, Walber de Moura (Coord.); PECCININ, Luiz Eduardo (Org.). Tratado de Direito Eleitoral**, v. 7. Belo Horizonte: Fórum.

ALVES, Branca. M. **Ideologia e feminismo: a luta pelo voto no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 1980.

ARAÚJO, Clara. As Cotas Para Mulheres, Analisando Resultados E Perspectivas. **Teoria e Sociedade**, v. 4..

_____. As cotas por sexo para a competição legislativa: o caso brasileiro em comparação com experiências internacionais. **Dados [on line]**, v. 44, n. 1, 2001.

_____. Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. **Revista de Sociologia e Política**, v. 24: 2005.

_____. Gênero e acesso ao poder legislativo no Brasil: as cotas entre as instituições e a cultura. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v.2: 2009.

_____. Rotas de ingresso, trajetórias e acesso das mulheres ao legislativo: um estudo comparado entre Brasil e Argentina. **Rev. Estud. Fem. [online]**. 2010, v.18, n.2.

_____. Valores e desigualdade de gênero: mediações entre participação política e representação democrática. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, [S.l.], v. 16, n. 2, set. 2016.

ARAÚJO, Clara.; ALVES, José E. D. Impactos de indicadores sociais e do sistema eleitoral sobre as chances das mulheres nas Eleições e suas Interações com as Cotas. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, v. 50, n. 3, 2007

ARAÚJO, Rita de Cássia C. B. O voto de saias: a Constituinte de 1934 e a participação das mulheres na política. **Estudos Avançados** v.17 n. 49, 2003.

ASSIS, Izadora Lincoln de. Representação feminina e financiamento de campanhas: histórico recente e novas perspectivas à luz da reforma eleitoral de 2015. **Revice - Revista de Ciências do Estado**. UFMG, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, ago./dez. 2017.

AVELAR, Lucia.; RANGEL, Patrícia. Como as mulheres se representam na política? Os casos de Argentina e Brasil. In: **50 anos de feminismo: Argentina, Brasil e Chile: A construção das mulheres como atores políticos e democráticos**. BLAY, Eva, AVELAR, Lucia (Editoras). São Paulo: Editora FAPESP, 2017.

BACCHI, Carol. Arguing for and against quotas: theoretical issues. in DAHLERUP, D. **Women, Quotas and Politics**. New York, Ed. Routledge, 2006.

BALDEZ, Lisa. The Pros and Cons of Gender Quota Laws: What Happens When You Kick Men Out and Let Women In? **Politics & Gender**, v.2, n.1: 2006.

BALLINGTON, Julie; MATLAND, Richard, 'Political Parties and Special Measures: Enhancing Women's Participation in Electoral Processes', Artigo apresentado na **UN Expert Meeting: Enhancing Women's Participation in Electoral Processes in Post-conflict Countries, Office of the Special Adviser on Gender Issues and Advancement of Women (OSAGI) and Department of Political Affairs Expert Group Meeting**, ew York, USA, 19-22 January 2004.

BALLINGTON, Julie; KAHANE, Muriel. Women in Politics: Financing for Gender Equality. In: **Funding of Political Parties and Election Campaigns A Handbook on Political Finance**. FALGUERA, Elin, JONES, Samuel, OHMAN, Magnus (Edit.). Stockolm, Sweden, International IDEA, 2003.

BARBIERI, Catarina H.C.; RAMOS, Luciana O. **Democracia e representação nas eleições de 2018: campanhas eleitorais, financiamento e diversidade de gênero: relatório final (2018-2019)** São Paulo: FGV Direito, 2019

BESTER, Gisela. M. Aspectos históricos da luta sufragista feminina no Brasil. **Revista de Ciências Humanas**. v.15. n.21, 1997.

BJARNEGARD, Elin. **Gender, Informal Institutions and Political Recruitment: Explaining Male Dominance in Parliamentary Representation**. New York: Ed. Palgrave Macmillan, 2013

BOLOGNESI, Bruno. A cota eleitoral de gênero: política pública ou engenharia eleitoral? **Paraná Eleitoral**, v. 1, n. 2, 2012.

BRAGA, Maria do Socorro S. Organizações Partidárias E Seleção de Candidatos No Estado de São Paulo. **Opinião Publica**, v.14. n.2. p2008.

BRAGA, Maria do Socorro S.; BOURDOUKAN, Adla. Partidos políticos no Brasil: organização partidária, competição eleitoral e financiamento público. **Perspectivas**, São Paulo, v. 35, 2009.

BRAGA, Maria do Socorro S.; PIMENTEL JR, Jairo. Os partidos políticos brasileiros realmente não importam? **Opinião Pública**, v. 17, n. 2, 2011

BUSH, Sarah S. International politics and the spread of quotas for women in legislatures. **International Organization**, v. 65. n.1, 2011.

CAGGIANO, Monica Herman. É possível reinventar o partido? O partido político no século XXI. in ALMEIDA, F. D. M.; AMARAL JUNIOR, J. L. M.; HORBACH, C. B (Coords.). **Direito Constitucional, Estado de Direito e Democracia: Homenagem ao Prof. Manoel Gonçalves Ferreira Filho**. São Paulo: Quartier Latin, 2011,

CAMPBELL, Rosie; CHILDS, Sarah; LOVENDUSKI, Joni. Do Women Need Women Representatives? **British Journal of Political Science**, v.40. n.1, 2011.

CARESS, Stanley M. The influence of term limits on the electoral success of women. **Women & Politics**, v. 20. n.3, 1999.

CARNEIRO, Carlos David. Representação feminina nos parlamentos brasileiros: discutindo direitos políticos das mulheres a partir de modelos e experiências internacionais. **Revista de Direitos Fundamentais & Democracia**, v. 23, n. 3, 2018.

CARROLL, Susan J.; JENKINS, Krista. Unrealized opportunity? Term limits and the representation of women in state legislatures. **Women & Politics**, v.23 n.4, 2001.

CAUL, Miki. Political parties and the adoption of candidate gender quotas: a cross-national analysis. **The Journal of Politics**, v.63, n.4, 2001.

CELIS, Karen. Substantive representation of women (and improving it): What it is and should be about? **Comparative European Politics**, v. 7, no.1, 2009

CHAPPELL, Louise. Comparing Political Institutions: Revealing the Gendered. **Politics & Gender**, v.2. n.2, 2006.

CHILDS Sarah, KROOK, Mona Lena. Critical Mass Theory and Women's Political Representation. **Political Studies**: 2008, v. 56.

CHILDS Sarah; KROOK, Mona Lena. Analysing Women's Substantive Representation: From Critical Mass to Critical Actors. **Government and Opposition**, v.44. n.2, 2009

CHOWDHURY, Nusrat J. **Gender Quotas, Reserved Seats and Women's Representation in Politics: A Comparative Study of Pakistan and Bangladesh**. (Doutorado em Politics and International Relations), The University of Auckland, Auckland, New Zealand, 2015

CORTÊS, Iaris R. A Trilha Legislativa da Mulher. In: **Nova História das Mulheres no Brasil**. PEDRO, J. M.; PINSKY, C. B. (Edit.). São Paulo, Contexto, 2013.

DAHLERUP, Drude. **Women, Quotas and Politics**. New York, Routledge, 2006

DIAMOND, Larry, GUNTHER, Richard. Political Parties and Democracy. Baltimore: The Johns Hopkins University Press. 2001

FIGUEIREDO, Eurídice. Desfazendo o gênero: a teoria queer de Judith Butler. **Revista Criação & Crítica**, (20), 40-55. 2018

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub; LIMONGI, Fernando. Executivo e legislativo na nova ordem constitucional. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.[FT1]

FOX, Richard; LAWLESS, Jennifer. Uncovering the Origins of the Gender Gap in Political Ambition. **American Political Science Review**, v.108, n.3, 2014.

FRANCESCHET, Susan; KROOK, Mona Lena; PISCOPO, Jennifer M. **The Impact of Gender Quotas**. New York, Oxford University Press, 2012.

FRANCESCHET, Susan; PISCOPO, Jennifer M. Gender Quotas and Women's Substantive Representation: Lessons from Argentina. **Politics & Gender**, v.4, 2008

FREITAS, Juliana Rodrigues; Lorraine Coelho . Eleições Municipais 2016: a esperança da representatividade feminina nas casas parlamentares das capitais dos Estados brasileiros transformada em frustração diante da inoperância do sistema de cotas no âmbito eleitoral. **Revista Brasileira de Direito Eleitoral**, v. 15, 2016.

FREITAS, Juliana Rodrigues; PEREIRA, R.; SANTANO, A. C.; DIAS, J.; AIETA, V.; GRESTA, R. M. O sistema de cotas de gênero e o óbice ao desenvolvimento no Brasil: reflexões iniciais acerca da reduzida participação feminina na política brasileira. In: Rodolfo Viana Pereira; Ana Cláudia Santano. (Org.). **Conexões Eleitoralistas**. 1ed.Brasília: Abradep, 2016, v. 1.

FUNK, Kendall D.; MORALES Laura; TAYLOR-ROBINSON Michelle M. The Impact of Committee Composition and Agendas on Women's Participation: Evidence from a Legislature with Near Numerical Equality. **Politics & Gender** v. 13, n. 2, 2017.

GOLDER, Sona N.; STEPHENSON, Laura. B.; VAN DER STRAETEN, Karine; BLAIS, Andre. Votes for Women: Electoral Systems and Support for Female Candidates. **Politics & Gender**, v.13, 2017.

GOMES, João Batista B. A recepção do instituto da ação afirmativa pelo direito constitucional brasileiro. **Revista de Informação Legislativa**, v.38. n.151, 2001.

HIRATA, Helena. Trabalho doméstico: uma servidão “voluntária”? In GODINHO, Tatau, SILVEIRA, Maria Lúcia de (Organ.). **Políticas públicas e igualdade de gênero**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004.

HTUN, Mala. A Política de cotas na América Latina. **Revista de Estudos Feministas**, v.9, n.1, 2001.

HTUN, Mala N. Why women, but not blacks or indians, got quotas in Politics in Latin America. In: **ANNUAL MEETING OF THE MIDWEST POLITICAL SCIENCE ASSOCIATION**, 2005, Chicago.

HTUN, Mala; JONES Mark P. Engendering the Right to Participate in Decision-making: Electoral Quotas and Women's Leadership in Latin America. In: MOLYNEUX, M; CRASKE N. (Edit.) **Gender and the Politics of Rights and Democracy in Latin America**. London, England, Palgrave, 2002.

HUANG, Chang-Lung. Gender Quotas in Taiwan: The Impact of Global Diffusion. **Politics & Gender** v.11. n.1, 2015.

IDEA.INT: International Institute for Democracy and Electoral Assistance. **Gender Quotas Around the World**, 2018. Disponível em: <https://www.idea.int/data-tools/data/gender-quotas>. Acesso em 01 de maio de 2018.

INGLEHART, Ronald; NORRIS Pippa. The Developmental Theory of the Gender Gap: Women's and Men's Voting Behavior in Global Perspective. **International Political Science Review**, Vol 21, No. 4, 2000

_____. **Rising Tide: Gender Equality and Cultural Change**. New York, Cambridge University Press, 2003.

IPU - Inter-Parliamentary Union. **Women in National Parliaments Database**, 2018. Disponível em: <http://archive.ipu.org/wmn-e/world.htm>. Acesso: 30 de junho de 2018.

KARAWEJCZYK, Monica. O Voto Feminino no Congresso Constituinte de 1891: Primeiros Trâmites Legais. In: **XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**, São Paulo, 2011.

KENNY, Meryl. **Gender and Political Recruitment: Theorizing Institutional Change**. New York, Palgrave Macmillan, 2013.

KROOK, Mona Lena. Gender Quotas as a Global Phenomenon: Actors and Strategies in Quota Adoption. **European Political Science**, v.3, n.3, 2004.

KROOK, Mona Lena. Reforming representation: the diffusion of candidate gender quotas worldwide. **Politics & Gender**. v. 2, n.3, 2006.

KROOK, Mona Lena. Gender Quotas, Norms, and Politics. **Politics & Gender**, v.2, n.1.

KROOK, Mona Lena. **Quotas for women in politics: gender and candidate selection reform worldwide**. New York, Oxford University Press, 2009.

KROOK, Mona Lena.; LOVENDUSKI, Joni; SQUIRES, Judith. Gender quotas and models of political citizenship. **British Journal of Political Science**, v.39, 2009.

LIPJAHRT, Arend. **Modelos de democracia: desempenho e padrões de governo em 36 países**. Tradução Vera Caputo. 4a ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

LOCKE, John. Segundo Tratado sobre o Governo Civil e outros escritos. **Petrópolis: Vozes**, 1994;

LOSSIO, Luciana. TSE fortalece debate sobre igualdade de gênero nas eleições de 2016. **Cadernos de Pós-Graduação em Direito** v.30, 2016.

LOVENDUSKI, Joni. The dynamics of gender and party. In: NORRIS, Pippa; LOVENDUSKI, Joni; (Edit.) **Gender and Party Politics**. California, Thousand Oaks, 1993.

LOVENDUSKI, Joni; NORRIS, Pippa. Westminster Women: The Politics of Presence. **Political Studies**, v.51, 2003.

MANIN, Bernard. **Elections and representation**. In: PRZEWORSKI, A.; STOKES, S. C.; MANIN, B. **Democracy, Accountability and Representation**. Cambridge, Cambridge University Press, 1999.

MARCHETTI, Vitor. Governança eleitoral: o modelo brasileiro de justiça eleitoral. **Dados [online]**, v. 51, n. 4, 2008.

MARQUES, Teresa C. N. **Perfis Parlamentares: Bertha Lutz**. Brasília, Câmara dos Deputados, 2016.

MCEVOY, Caroline. Does the descriptive representation of women matter? A comparison of gendered differences in political attitudes between voters and representatives in the European Parliament. **Politics & Gender**, v. 12, 2016.

MEDEIROS, Morton L. F. O sistema de cotas de gênero para cargos eletivos: estudo empírico da justificação de sua permanência. **Revista de Informação Legislativa**, v.51. n. 204, 2014.

MENEGUELLO, Rachel. **Partidos e governos no Brasil contemporâneo (1985-1997)**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

MERLO, Marina. **Mulheres tomando partido e partidos fazendo candidatas: a atuação partidária na trajetória das eleitas**. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

MILLAR, Nancy. Envisioning a U.S. government that isn't 84 per cent male: what the United States can learn from Sweden, Rwanda, Burundi, and other nations. **University of Miami Law Review**, v.62, n.1, 2007.

MORAES, Thiago Pérez Bernardes de; SANTOS, Romer Mottinha; TORRECILLAS, Geraldo Leopoldo da Silva; LEÃO, Elany Castelo de Souza. Mulheres, política e sub-representação. Um estudo sobre a correlação entre qualidade da democracia, ideologia e mulheres nos parlamentos. **Derecho y Cambio Social**, n. 36, Lima, Peru, 2014.

MOZAFFAR, Shaheen; SCHEDLER, Andreas. The Comparative Study of Electoral Governance – Introduction. **International Political Science Review**, v. 23, n.1, 2002.

NANIVADEKAR, Medha. Indian Experience of Women's Quota in Local Government: Implications for future strategies. In: **UNEQUAL PARTICIPATION OF WOMEN AND MEN IN DECISION-MAKING PROCESSES, WITH PARTICULAR EMPHASIS ON POLITICAL PARTICIPATION AND LEADERSHIP. EXPERT GROUP MEETING**. Organized by: United Nations Department of Economic and Social Affairs (DESA) Division for the Advancement of Women (DAW), Addis Ababa, Ethiopia, 2005.

NANIVADEKAR, Medha. Are Quotas a Good Idea? The Indian Experience with Reserved Seats for Women. **Politics & Gender**, v.2, n.1, 2006.

NICOLAU, Jairo. O sistema eleitoral de lista aberta no Brasil. **DADOS**, v. 49, n. 4, 2006.

NICOLAU, J. **Sistemas eleitorais**. 6. ed. Rio de Janeiro. FGV Editora, 2014
 NORRIS, Pippa. Women in European legislative elites. **West European Politics** v.8 , n.4, 1985.

NORRIS, Pippa; LOVENDUSKI, Joni. **Political Recruitment: Gender, Race and Class in the British Parliament**. Cambridge, Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

NORRIS, Pippa; LOVENDUSKI, Joni. **Gender and Party Politics**. Thousand Oaks, CA, Sage, 1993.

NORRIS, Pippa. **Electoral Engineering**. Cambridge University Press, 2004.

_____. The impact of electoral reform on women's representation. **Acta Politica**. v. 41, p 197-213, 2006.

_____. **Implementing Women's Representation in Afghanistan's Electoral Law: Options for reserved seats**. Prepared for the Afghanistan Reconstruction Project. 2018. Disponível em <https://sites.hks.harvard.edu/fs/pnorris/Acrobat/Afghanistan%20electoral%20law%20Norris.pdf>. Acesso em 06 de maio de 2018,

OHMAN, Magnus. Introduction to Political Finance in E. Falguera, S. Jones and M. Ohman (eds), **Funding of Political Parties and Election Campaigns: A Handbook on Political Finance**. Stockholm: International IDEA, 2014)

OKIN, Susan. Gender, the public and the private. In: PHILLIPS, Anne (Edit.) **Feminism and politics**. Oxford: Oxford University Press, 1998.

PAASILINNA, Silja. **Women's Reserved Seats in Bangladesh: A Systemic Analysis of Meaningful Representation**. International Foundation for Electoral Systems, Arlington, USA, 2016.

PANDAY, Pranab Kumar. Representation without Participation: Quotas for Women in Bangladesh. **International Political Science Review / Revue Internationale De Science Politique**, v. 29, n. 4, 2008.

PANKE, Luciana. **Campanhas eleitorais para mulheres: desafios e tendências**. Curitiba: UFPR, 2016

PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993

PERES, Paulo; MACHADO, Amanda. Uma tipologia do recrutamento partidário. **Opinião Pública**, 23(1), 2017.

PHILIPS, Anne. **The Politics of Presence: the Political Representation of Gender, Ethnicity and Race**. Oxford, Clarendon Press, 1998.

PINTO, Céli R. J. Paradoxos da participação política da mulher no Brasil. **Revista USP**, v.49, 2001.

PIOVESAN, Flavia. Ações afirmativas da perspectiva dos direitos humanos. **Cadernos de Pesquisa**, v. 35, n. 124, 2005.

PITKIN, Hannah. **The Concept of Representation**. Berkeley, University of California Press, 1967.

PRZEWORSKI, Adam; STOKES, Susan.; MANIN, Bernard. **Democracy, Accountability and Representation**. Cambridge, Cambridge University Press, 1999.

RAMOS, Luciana O. **Os tribunais eleitorais e a desigualdade de gênero: ampliando ou reduzindo a representação de mulheres na política?** Tese (Doutorado em Direito), 2015, Faculdade de Direito Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015

REYNOLDS, Andrew. Reserved seats in national legislatures: a comparative approach. In: HANDLEY, L.; GROFMAN B. (Edit.) **Redistricting in Comparative Perspective**. Oxford University Press, New York, 2008.

RIPLEY, Randall B. **Stages of the policy process. Public Policy Theories, Models, and Concepts an Anthology**. D. McCool. USA, Prentice-Hall, 1995.

RODRIGUES, Ricardo J. P. A evolução da política de cota de gênero na legislação eleitoral e partidária e a sub-representação feminina no parlamento brasileiro. **Revista Eletrônica Direito e Política**, v.12. n.1., 2017.

ROEDER, Karolina Mattos, BRAGA, Sergio. Partidos políticos e sistemas partidários. Curitiba: Intersaberes, 2017

SACCHET, Teresa, SPECK Bruno W. Financiamento eleitoral, representação política e gênero: uma análise das eleições de 2006. **Opinião Pública** v.18. n.1., 2012.

SACCHET, Teresa. Representação política, representação de grupos e política de cotas: perspectivas e contendas feministas. **Revista Estudos Feministas**, v. 20, n. 2, 2012.

_____. "Capital Social, Gênero e Representação Política no Brasil". **Opinião Pública**, Campinas, v. 15, n. 2, 2009.

SALGADO, E.D.; GUIMARÃES, G.A.; ALTO, E.V.L.C.M. . Cotas de Gênero na Política: Entre a História, as Urnas e o Parlamento. **Revista do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero & Direito (UFPB)**, v. 1, 2015.

SALGADO, Eneida Desiree. Os princípios constitucionais eleitorais como critérios de fundamentação e aplicação das regras eleitorais: uma proposta. **Tribunal Superior Eleitoral: Estudos Eleitorais**, v. 6, n. 3, set/dez 2011.

SAMUELS, David. Determinantes do voto partidário em sistemas eleitorais centrados no candidato: evidências sobre o Brasil. **Dados** v .40, n.3, 1997.

SANTOS, Tânia M. A mulher nas Constituições brasileiras. 2009. <http://www.ufrgs.br/nucleomulher/arquivos/Mulher%20e%20CF%20-%20Final%20tania.pdf>. Acesso em 23 de out. de 2016

SATER, James. Reserved Seats, Patriarchy and Patronage in Morocco. In: S. FRANCESCHET S.; KROOK, M. L.; PISCOPO J. (Edit.) **The Impact of Gender Quotas**. New York, Oxford University Press, 2012.

SCHWINDT-BAYER Leslie . Women's Representation in Latin American Legislatures: Policy Attitudes and Bill Initiation Behavior. **Annual Meeting of the Midwest Political Science Association**. Chicago, 2004.

SCHWINDT-BAYER, Leslie. Making Quotas Work: The Effect of Gender Quota Laws on the Election of Women. **Legislative Studies Quarterly** v. 34, n. 1, 2009.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas. Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos**. Curitiba, Cengage. 2013.

SENADO.LEG.BR/ Mulheres na política. Disponível em: institucional/datasenado/arquivos/pesquisa-aponta-que-para-83-da-populacao-o-sexo-do-candidato-nao-faz-diferenca-na-hora-de-escolher-candidatos. Consultado em 01/05/2018.

SEVERO, Gustavo, CHAVES, Humberto. A Reforma Eleitoral de 2015 – Breves comentários à Lei nº 13.165/2015. **Revista Brasileira de Direito Eleitoral**, Belo Horizonte, v. 7, n. 13, 2015

SILVA, Danielle R. D. A bancada feminina na constituinte (1987-1991): apontamentos do contexto sócio-político e da socialização política de mulheres para pensar a atual bancada feminina na câmara federal brasileira (2011-2012). In: **V CONGRESSO COMPOLÍTICA, Curitiba/PR**, 2013.

SILVA, José Afonso. **Curso de direito constitucional positivo**. São Paulo, Malheiros, 2006.

SILVA, Luís Virgílio Afonso da. **Sistemas Eleitorais**. São Paulo, Malheiros, 1999.

SOTILLOS, Irene D. Sistema electoral y representación de las mujeres en el parlamento. Análisis de los efectos de la ley de igualdad en la composición del congreso de los diputados tras las elecciones legislativas de 2008. **Revista de Estudios Políticos** v.150, 2010.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias [online]**. Porto Alegre, v.8, n.16.

SPECK, Bruno W. "Reagir a escândalos ou perseguir ideais? A regulação do financiamento político no Brasil". **Cadernos Adenauer**, Ano 6, n. 2, 2005.

THOMPSON, Dennis Frank. John Stuart Mill and Representative Government. **Princeton University Press**, 1976, JSTOR

TOSI, Marcela. A conquista do direito ao voto feminino. <http://www.politize.com.br/conquista-do-direito-ao-voto-feminino/>. 2016. Acesso em 11 de fev. de 2018.

WÄNGNERUD, Lena. Testing the Politics of Presence: Women's Representation in the Swedish Riksdag. **Scandinavian Political Studies**, v.23, 2000.

WAYLEN, Georgina. Gender and Democratic Politics: A Comparative Analysis of Consolidation in Argentina and Chile. **Journal of Latin American Studies** v.32. n.3, 2000.

WYLIE, Kristin, SANTOS Pedro dos. Law on Paper Only: Electoral Rules, Parties, and the Persistent Underrepresentation of Women in Brazilian Legislatures. **Politics & Gender**, v.12, n.3, , 2016.

YOUNG, Iris Marion. **Inclusion and Democracy**. New York, Oxford University, 2000.

ANEXO 1 – Ranking mundial sobre a participação de mulheres no Parlamento

RAN- KING	PAÍS	CASA BAIXA			
		Eleições	Seats*	Mulheres	% M
1	Ruanda	03.09.2018	80	49	61.3%
2	Cuba	11.03.2018	605	322	53.2%
3	Bolívia	12.10.2014	130	69	53.1%
4	México	01.07.2018	500	241	48.2%
5	Suécia	09.09.2018	349	165	47.3%
6	Granada	13.03.2018	15	7	46.7%
7	Namíbia	29.11.2014	104	48	46.2%
8	Costa Rica	04.02.2018	57	26	45.6%
9	Nicarágua	06.11.2016	92	41	44.6%
10	África do Sul ¹	07.05.2014	393	168	42.7%
11	Senegal	30.07.2017	165	69	41.8%
12	Finlândia	19.04.2015	200	83	41.5%
13	Espanha	26.06.2016	350	144	41.1%
14	Noruega	11.09.2017	169	69	40.8%
15	Nova Zelândia	23.09.2017	120	48	40.0%
"	Timor-Leste	12.05.2018	65	26	40.0%
17	França	11.06.2017	577	229	39.7%
18	Moçambique	15.10.2014	250	99	39.6%
19	Argentina	22.10.2017	255	99	38.8%
"	Etiópia	24.05.2015	547	212	38.8%
21	Macedônia do Norte	11.12.2016	120	46	38.3%
22	Islândia	28.10.2017	63	24	38.1%
23	Bélgica	25.05.2014	150	57	38.0%
"	Equador	19.02.2017	137	52	38.0%
25	Sérvia	24.04.2016	247	93	37.7%
26	Dinamarca	18.06.2015	179	67	37.4%
27	Áustria	15.10.2017	183	68	37.2%
28	República Unida da Tanzânia	25.10.2015	393	145	36.9%

29	Burundi	29.06.2015	121	44	36.4%
30	Tunísia	26.10.2014	217	78	35.9%
31	Itália	04.03.2018	630	225	35.7%
"	Portugal	04.10.2015	230	82	35.7%
33	Uganda	18.02.2016	459	160	34.9%
34	Belarus	11.09.2016	110	38	34.5%
35	Mônaco	14.02.2018	24	8	33.3%
36	Nepal	26.11.2017	275	90	32.7%
37	Suíça	18.10.2015	200	65	32.5%
38	Andorra	01.03.2015	28	9	32.1%
39	Reino Unido	08.06.2017	650	208	32.0%
40	Guiana	11.05.2015	69	22	31.9%
"	Zimbábue	30.07.2018	270	86	31.9%
42	Holanda	15.03.2017	150	47	31.3%
43	Camarões	30.09.2013	180	56	31.1%
44	El Salvador	04.03.2018	84	26	31.0%
"	Letônia	06.10.2018	100	31	31.0%
"	Trinidad e Tobago	07.09.2015	42	13	31.0%
47	Alemanha	24.09.2017	709	219	30.9%
48	Angola	23.08.2017	220	66	30.0%
"	Austrália	02.07.2016	150	45	30.0%
"	Peru	10.04.2016	130	39	30.0%
51	Filipinas	09.05.2016	292	86	29.5%
52	Suriname	24.05.2015	51	15	29.4%
53	Albânia	25.06.2017	140	41	29.3%
54	Israel	17.03.2015	120	35	29.2%
55	Polônia	25.10.2015	460	134	29.1%
56	Estônia	01.03.2015	101	29	28.7%
57	Sudão do Sul	04.08.2016	383	109	28.5%
58	Sudão	13.04.2015	481	133	27.7%
59	República Democrá- tica do Laos	20.03.2016	149	41	27.5%
60	Cazaquistão	20.03.2016	107	29	27.1%

61	Canadá	19.10.2015	334	90	26.9%
62	República Domini- cana	15.05.2016	190	51	26.8%
63	Vietnam	22.05.2016	494	132	26.7%
64	Djibuti	23.02.2018	65	17	26.2%
65	Argélia	04.05.2017	462	119	25.8%
"	Bulgária	26.03.2017	240	62	25.8%
67	Iraque	12.05.2018	329	83	25.2%
68	Dominica	08.12.2014	32	8	25.0%
"	Luxemburgo	14.10.2018	60	15	25.0%
"	San Marino	20.11.2016	60	15	25.0%
"	Turcomenistão	25.03.2018	124	31	25.0%
72	China	05.03.2018	2975	742	24.9%
73	Eslovênia	03.06.2018	90	22	24.4%
"	Somália	23.10.2016	275	67	24.4%
75	Armênia	02.04.2017	132	32	24.2%
76	Afeganistão	20.10.2018	250	59	23.6%
"	Cabo Verde	20.03.2016	72	17	23.6%
"	Estados Unidos da América	06.11.2018	433	102	23.6%
78	Montenegro	16.10.2016	81	19	23.5%
79	Lesoto	03.06.2017	120	28	23.3%
80	Singapura	11.09.2015	100	23	23.0%
81	Guiné	28.09.2013	114	26	22.8%
"	Moldávia	30.11.2014	101	23	22.8%
83	Chile	19.11.2017	155	35	22.6%
84	República Tcheca	20.10.2017	200	45	22.5%
"	Emirados Árabes Uni- dos	03.10.2015	40	9	22.5%
86	Irlanda	26.02.2016	158	35	22.2%
"	Uruguai	26.10.2014	99	22	22.2%
"	Venezuela	06.12.2015	167	37	22.2%
89	Eritreia	01.02.1994	150	33	22.0%

90	Quênia	08.07.2017	349	76	21.8%
91	Bósnia e Herzegovina	07.10.2018	42	9	21.4%
92	Lituânia	09.10.2016	141	30	21.3%
93	Seychelles	08.09.2016	33	7	21.2%
94	Honduras	26.11.2017	128	27	21.1%
95	Bangladesh	30.12.2018	348	72	20.7%
"	Romênia	11.12.2016	329	68	20.7%
97	Croácia	11.09.2016	151	31	20.5%
"	Marrocos	07.10.2016	395	81	20.5%
99	Mauritânia	01.09.2018	153	31	20.3%
100	Paquistão	25.08.2018	341	69	20.2%
101	Barbados	24.05.2018	30	6	20.0%
"	Camboja	29.07.2018	125	25	20.0%
"	Guiné Equatorial	12.11.2017	100	20	20.0%
"	Eslováquia	05.03.2016	150	30	20.0%
105	Árabia Saudita	02.12.2016	151	30	19.9%
106	Fiji	14.11.2018	51	10	19.6%
107	Quirguistão	04.10.2015	120	23	19.2%
"	Madagascar	20.12.2013	151	29	19.2%
109	Guatemala	06.09.2015	158	30	19.0%
"	Tajiquistão	01.03.2015	63	12	19.0%
111	Colômbia	11.03.2018	171	32	18.7%
"	Grécia	20.09.2015	300	56	18.7%
113	Panamá	04.05.2014	71	13	18.3%
114	Indonésia	09.04.2014	560	102	18.2%
115	Zâmbia	11.08.2016	167	30	18.0%
116	Cyprus	22.05.2016	56	10	17.9%
"	Gabão	06.10.2018	134	24	17.9%
118	Jamaica	22.02.2016	63	11	17.5%
119	Turquia	24.06.2018	596	104	17.4%
120	Mongólia	29.06.2016	76	13	17.1%
"	Republica da Coreia	13.04.2016	298	51	17.1%
122	Nigéria	21.02.2016	171	29	17.0%

123	Azerbaijão	01.11.2015	119	20	16.8%
124	Malauí	20.05.2014	192	32	16.7%
"	Saint Lucia	06.06.2016	18	3	16.7%
126	Togo	20.12.2018	91	15	16.5%
127	República Democrá- tica da Coreia	09.03.2014	687	112	16.3%
128	Líbia	25.06.2014	188	30	16.0%
"	Uzbequistão	21.12.2014	150	24	16.0%
130	Rússia	18.09.2016	450	71	15.8%
131	Jordânia	20.09.2016	130	20	15.4%
132	Bahrain	01.12.2018	40	6	15.0%
"	Brasil	07.10.2018	513	77	15.0%
"	Paraguai	22.04.2018	80	12	15.0%
135	Butão	18.10.2018	47	7	14.9%
"	Chade	13.02.2011	168	25	14.9%
"	Egito	17.10.2015	596	89	14.9%
138	Geórgia	08.10.2016	149	22	14.8%
139	São Tomé e Príncipe	07.10.2018	55	8	14.5%
140	Malásia	09.05.2018	222	32	14.4%
141	Guiné-Bissau	13.04.2014	102	14	13.7%
142	Burkina Faso	29.11.2015	127	17	13.4%
143	São Cristóvão e Névis	16.02.2015	15	2	13.3%
144	República Árabe da Síria	13.04.2016	250	33	13.2%
145	Gana	07.12.2016	275	36	13.1%
146	São Vicente e Grena- dinas	09.12.2015	23	3	13.0%
147	Bahamas	24.05.2017	39	5	12.8%
148	Hungria	08.04.2018	199	25	12.6%
"	Índia	07.04.2014	524	66	12.6%
150	Palau	01.11.2016	16	2	12.5%
151	Libéria	10.10.2017	73	9	12.3%
"	Serra Leoa	07.03.2018	146	18	12.3%

153	Liechtenstein	05.02.2017	25	3	12.0%
154	Malta	03.06.2017	67	8	11.9%
155	Mauricio	10.12.2014	69	8	11.6%
"	Ucrânia	26.10.2014	423	49	11.6%
157	Congo	16.07.2017	151	17	11.3%
"	Myanmar	08.11.2015	433	49	11.3%
159	Antígua e Barbuda	21.03.2018	18	2	11.1%
160	Costa do Marfim	18.12.2016	255	28	11.0%
161	Nauru	09.07.2016	19	2	10.5%
162	República Democrá- tica do Congo	30.12.2018	485	50	10.3%
"	Gâmbia	06.04.2017	58	6	10.3%
164	Japão	22.10.2017	463	47	10.2%
165	Samoa	04.03.2016	50	5	10.0%
166	Qatar	01.07.2013	41	4	9.8%
167	Botswana	24.10.2014	63	6	9.5%
168	Belize	04.11.2015	32	3	9.4%
169	Brunei Darussalam	13.01.2017	33	3	9.1%
"	Ilhas Marshall	16.11.2015	33	3	9.1%
171	Mali	24.11.2013	147	13	8.8%
172	República Centro- Africana	14.02.2016	140	12	8.6%
173	Tonga	16.11.2017	27	2	7.4%
174	Benin	26.04.2015	83	6	7.2%
"	Eswatini	21.09.2018	69	5	7.2%
176	Tuvalu	31.03.2015	15	1	6.7%
177	Kiribati	30.12.2015	46	3	6.5%
178	Comores	25.01.2015	33	2	6.1%
179	Iran	26.02.2016	289	17	5.9%
180	Nigéria	28.03.2015	359	20	5.6%
181	Tailândia	07.08.2014	240	13	5.4%
182	Sri Lanka	17.08.2015	225	12	5.3%
183	Líbano	06.05.2018	128	6	4.7%

"	Maldivas	22.03.2014	85	4	4.7%
185	Kuwait	26.11.2016	65	3	4.6%
186	Haiti	09.08.2015	118	3	2.5%
187	Ilhas Solomão	19.11.2014	49	1	2.0%
188	Oman	25.10.2015	85	1	1.2%
189	Iêmen	27.04.2003	301	1	0.3%
190	Estados Federados da Micronésia	07.03.2017	14	0	0.0%
"	Papua New Guiné	24.06.2017	106	0	0.0%
"	Vanuatu	22.01.2016	52	0	0.0%